

O Magistério Social do Papa Francisco: o surgimento de um novo paradigma na Doutrina Social da Igreja

The Social Magisterium of Pope Francis: the emergence of a new paradigm in the Social Doctrine of the Church

Paulo Fernando Carneiro de Andrade
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Brasil

Resumo

O Papa Leão XIII com a promulgação da Encíclica *Rerum Novarum* em 1891 inaugurou uma nova era do Magistério Social da Igreja. Seus sucessores, até os dias de hoje, continuaram este Magistério, de um lado mantendo a continuidade em torno a valores fundamentais, e de outro desenvolvendo novas perspectivas, de tal modo que podemos identificar na trajetória da Doutrina Social da Igreja de Leão XIII aos dias de hoje ao menos três grandes paradigmas. O primeiro chamado de paradigma leoniano foi vigente até o Pontificado de João XXIII e o segundo entre os Pontificados de João XXIII e Bento VI. O terceiro destes paradigmas é inaugurado pelo magistério Social do Papa Francisco. Neste artigo estudaremos as características centrais do novo paradigma do Papa Francisco no campo do Magistério Social, tal como foi desenvolvido nestes dez anos de seu Pontificado.

Abstract

Pope Leo XIII, with the promulgation of the Encyclical *Rerum Novarum* in 1891, inaugurated a new era in the Social Magisterium of the Church. His successors, until today, continued this Magisterium, on the one hand maintaining continuity around fundamental values, and on the other hand developing new perspectives, in such a way that we can identify in the trajectory of the Social Doctrine of the Church from Leo XIII to the days today at least three great paradigms. The first so-called Leonian paradigm was in force until the Pontificate of John XXIII and the second between the Pontificates of John XXIII and Benedict VI. The third of these paradigms is inaugurated by the Social Magisterium of Pope Francis. In this article we will study the central characteristics of Pope Francis' new paradigm in the field of the Social Magisterium, as it has been developed in these ten years of his Pontificate.

Palavras-chave

Doutrina Social da Igreja.
Novos Paradigmas.
Papa Francisco.
Oração pelos pobres.
Magistério Social.

Keywords

Social Doctrine of the Church.
New Paradigms.
Pope Francis.
Option for the Poor.
Social Magisterium.

Introdução

A fé cristã possui uma clara dimensão social. Desde o início da Igreja estabeleceu-se uma rica Tradição Magisterial e Teológica que explicita esta dimensão e constitui o que se pode chamar de Ensino Social da Igreja. Na época moderna constituiu-se um corpo específico deste Ensino, inaugurado pela histórica Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII promulgada em 1891 e continuado por sucessivos documentos sobre as Questões Sociais promulgadas pelos Papas



posteriores o qual denominamos Doutrina Social da Igreja. Esse Corpo Magisterial é formado, sobretudo, pelos seguintes Documentos Pontifícios: *Rerum Novarum*, 1891 (Leão XIII); *Quadragesimo Anno*, 1931 (Pio XI); *Mater et Magistra*, 1961 (João XXIII); *Pacem in Terris*, 1963 (João XXIII); *Populorum Progressio*, 1967 (Paulo VI); *Octogesima Adveniens*, 1971 (Paulo VI); *Laborem Exercens*, 1981 (João Paulo II); *Sollicitudo Rei Socialis*, 1987 (João Paulo II); *Centesimus Annus*, 1991 (João Paulo II); *Caritas in Veritate*, 2009 (Bento XVI); *Evangelli Gaudium*, 2013 (Francisco); *Laudato Si'*, 2015 (Francisco), *Fratelli Tutti*, 2020 (Francisco). Uma leitura sincrônica da Doutrina Social da Igreja por vezes não permite observar o fato de que esta não é homogênea. Nela ocorrem transformações paradigmáticas que vão muito além de uma simples evolução que corresponderia mais à necessidade de novas orientações devido a mudanças que ocorrem nos contextos históricos na qual ela é formulada através dos anos do que a reinterpretções do próprio ensinamento. No período que antecede ao atual pontificado podemos identificar ao menos dois paradigmas distintos e podemos também afirmar que com a promulgação a Encíclica *Laudato Si'*, em junho de 2015, pelo Papa Francisco consolida-se um novo paradigma no Ensino Social da Igreja, ou melhor, estabeleceu-se a Terceira Geração da Doutrina Social da Igreja na Época Moderna conforme será aqui analisado.

Paradigmas na Doutrina Social da Igreja anteriores ao Papa Francisco

Quando Leão XIII sucede a Pio IX em 1878, as transformações políticas, sociais e econômicas iniciadas no século XVIII já eram uma realidade irreversível. Não se colocava mais a ilusão de um retorno ao Antigo Regime. A unificação italiana ocorrida em 1870 acarretando o fim dos Estados Pontifícios, o avanço do movimento liberal burguês e do socialismo seja na Europa seja nas Américas exigia uma redefinição do paradigma vigente até Pio IX, fortemente antimodernista e constituído em torno do ideário da restauração do Antigo Regime. O novo paradigma que já vinha sendo elaborado por um grupo de teólogos legados à *Civiltà Cattolica* foi constituído por Leão XIII passo a passo através da promulgação de uma série de sete encíclicas que entre 1878 e 1891 redefinirão o papel da Igreja no

mundo moderno para as décadas seguintes¹. Em 1878 Leão XIII promulga a Encíclica *Quod Apostolici Numeris* que redefine o adversário fundamental no campo político como sendo o Socialismo, agora distinto do Capitalismo. Desse último passa-se a admitir a possibilidade da existência de uma versão não Liberal, sendo então possível estabelecer uma aliança nova com a burguesia, que em muitos lugares já havia se tornado a classe dirigente. Em 1879, a Encíclica *Aeterni Patris* redefine o programa cultural. A razão moderna não é mais condenada em sua totalidade e passa-se à aceitação de um realismo moderado. O neotomismo é apresentado como alternativa ao racionalismo radical representado pelo Positivismo, pelo Cientificismo e pelo Marxismo. Quatro encíclicas sucessivas, promulgadas entre 1881 e 1890 definem o programa político: *Diuturnum*, 1881, sobre a natureza do poder político; *Imortale Dei*, 1885, sobre a teoria cristã do Estado; *Libertas*, 1888, sobre a natureza da liberdade humana; *Sapientia Christianae*, 1890, sobre o significado da cidadania. Passa-se aqui do ideal de restauração da Monarquia e do Absolutismo ao programa de reforma dos Estados Liberais, aceita-se que a escolha de um governante possa ser feita por eleições, mas não se aceita o princípio da soberania popular e da plena liberdade de expressão e associação. A legitimidade de seu poder encontra-se em Deus, criador de todas as coisas e o Governante deve se manter como um guardião do Direito Natural do Direito Divino. Por fim em 1891 a Encíclica *Rerum Novarum* completa o paradigma traçando o programa econômico social onde em alternativa à economia feudal do Antigo Regime se propõe o catolicismo social como expressão econômica dos Estados Liberais reformados. Nessa Encíclica rejeita-se tanto o Liberalismo quanto o Socialismo. Nela afirmam-se os direitos fundamentais dos trabalhadores contra o Liberalismo e proclama-se a legitimidade da propriedade privada contra o socialismo. Na mesma linha prosseguem Pio XI na Encíclica *Quadragesimo Anno*, promulgada em 1931, e Pio XII em suas importantes rádio-mensagens de Natal em 1942, 1943 e 1944.

Com a consolidação da Modernidade no pós-guerra e a constituição dos Estados Democráticos no Ocidente, em 1963, no contexto da Guerra Fria e da Crise

¹ Cf M. J. Schuck, *Early Modern Roman Catholic Social Thought, 1740-1890*, em K. Himes (ed.), *Modern Catholic Social Teaching. Commentaries and Interpretations*, Georgetown University Press, Washington, 2018, p. 105-129. Para o desenvolvimento do paradigma Leoniano veja-se: J. Holland. *Modern Catholic Social Teaching. The Popes Confront the Industrial Age 1740-1958*. Paulist Press, New York, 2003.

dos Mísseis Russos em Cuba, coube ao Papa João XXIII alcançar uma nova compreensão das possíveis relações entre a fé católica e a organização político social e assim superar o paradigma leoniano e estabelecer, na Encíclica *Pacem in Terris*, uma verdadeira recepção católica do paradigma dos Direitos Humanos, inaugurando a segunda geração da Doutrina Social da Igreja na época moderna. Sua primeira Encíclica Social, *Mater et Magistra*, deve ser considerada uma Encíclica de transição entre a primeiro e a segundo paradigma da Doutrina Social da Igreja. Observe-se que nela ocorre uma importante mudança de interlocutor: esta Encíclica não é dirigida apenas aos católicos, mas a todas as pessoas de boa vontade. Nela são afirmados um conjunto de Direitos que ultrapassa o constante na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, desdobrando-se estes Direitos em quatro dimensões: direitos políticos, civis, econômicos e sociais. Ultrapassa-se assim a visão liberal dos Direitos Humanos ao integrar os direitos individuais aos sociais a partir do princípio da responsabilidade social e do dever de solidariedade que liga as pessoas humanas. Entre os direitos principais listados encontram-se em primeiro lugar o “direito à existência, à integridade física, aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida”, o que inclui também os direitos sociais: ser amparado na doença, na velhice, assim como na viuvez, na invalidez e em caso de desemprego forçado. João XXIII também afirma a existência de direitos morais e culturais que incluem os direitos civis: a liberdade de pensar e expressar o pensamento, de receber informações verídicas sobre acontecimentos públicos, bem como o direito à educação e à formação técnica e profissional. Afirma-se também nessa Encíclica o direito à liberdade religiosa e à escolha do estado de vida. Outro campo de direitos é constituído pelos direitos econômicos, que incluem o direito ao trabalho e à justa remuneração e pelos direitos políticos: participar ativamente da vida pública, o direito de reunião e associação, assim como o direito de emigração e imigração².

² Cf J. Bryan Hehir, *Catholicism and Democracy: Conflict, Change and Collaboration*, em C. Curran (ed) *Change in Official Catholic Moral Teachings*, Readings in moral Theology n 13, Paulist Press, New York, 2003, p. 20-37. Veja-se também, C. Curran, *Churches and Human Rights: from hostility/reluctance to acceptability*, em C. Curran (ed) *Change in Official Catholic Moral Teachings*, Readings in moral Theology n 13, Paulist Press, New York, 2003, p. 38-61. Sobre João Paulo II veja-se C. Curran. *The Moral Theology of Pope John Paulo II*. Washington: Georgetown University Press, 2005.

Este novo paradigma será também desenvolvido ao longo do Concílio Vaticano II e posteriormente reafirmado e aprofundado por Paulo VI, João Paulo II e Bento VI. Nesse paradigma a Igreja, sem deixar de ser crítica, reconcilia-se mais profundamente com a Modernidade, e não só aceita os fundamentos da Democracia, mas torna-se ela mesma uma das mais importantes instâncias mundiais na defesa das liberdades democráticas, assim como na defesa da Justiça e dos Direitos Humanos. Acentua-se nesse paradigma o caráter da Igreja enquanto instância dialogal. No campo social e econômico cresce a defesa dos mais pobres, não só enquanto grupo social subalterno no interior dos países, mas também enquanto nações pobres, exploradas e empobrecidas. O direito à propriedade privada é relativizado, sublinhando-se o princípio patrístico da Destinação Universal dos Bens ao qual este direito é subordinado, notadamente em Paulo VI e nas três encíclicas sociais de João Paulo II³.

O Novo paradigma do Papa Francisco

O Cardeal Arcebispo de Buenos Aires, Jorge Bergoglio, jesuíta, foi eleito Papa em 13 de março de 2013 assumindo o nome de Francisco⁴. A escolha do nome possui um claro significado indicando o compromisso do novo Papa com os pobres, o meio ambiente e a renovação das estruturas eclesiais. Já no dia 16 de março de 2013, logo após sua eleição assim ele se expressou no discurso proferido no Encontro que teve com os representantes dos meios de comunicação:

Alguns não sabiam por que o Bispo de Roma se quis chamar Francisco. Alguns pensaram em Francisco Xavier, em Francisco de Sales, e também em Francisco de Assis. Deixai que vos conte como se passaram as coisas. Na eleição, tinha ao meu lado o Cardeal Cláudio Hummes, o arcebispo emérito de São Paulo e também prefeito emérito da Congregação para o Clero: um grande amigo, um grande amigo! Quando o caso começava a tornar-se um pouco «perigoso», ele animava-me. E quando os votos atingiram dois terços, surgiu o habitual aplauso, porque foi eleito o Papa. Ele abraçou-me, beijou-me e disse-me: «Não te esqueças dos pobres!» E aquela palavra gravou-se na cabeça: os pobres, os pobres. Logo depois, associando com os pobres,

³ Cf C. Curran *Catholic Social Teaching, 1891-present. A Historical, Theological and Ethical Analysis*, Georgetown University Press, Washington, 2002

⁴ Sobre o horizonte intelectual do Papa Francisco veja-se: M Borguesi, *Jorge Mario Bergoglio. Una biografia intellettuale*, Jaca Book, Milano, 2017; E. Cuda, *Leggere Francesco. Teologia, etica e politica*, Bollati Boringhieri, Torino, 2018; Para uma compreensão dos conflitos em torno das posições teológicas do Papa Francisco veja-se M Politi, *La solitudine di Francesco. Um Papa Profetico, uma Chiesa in Tempesta*, Ed Laterza, Bari, 2019.

pensei em Francisco de Assis. Em seguida pensei nas guerras, enquanto continuava o escrutínio até contar todos os votos. E Francisco é o homem da paz. E assim surgiu o nome no meu coração: Francisco de Assis. Para mim, é o homem da pobreza, o homem da paz, o homem que ama e preserva a criação; neste tempo, também a nossa relação com a criação não é muito boa, pois não? [Francisco] é o homem que nos dá este espírito de paz, o homem pobre... Ah, como eu queria uma Igreja pobre e para os pobres! (PAPA FRANCISCO, 2013).

O Pontificado de Bergoglio inicia-se sob o signo da Opção pelos Pobres, e recupera de imediato o quanto havia dito o Papa João XXIII em sua radio mensagem pronunciada em 11 de Setembro de 1962, nas vésperas da abertura do Concílio Vaticano II, quando surpreendeu o Mundo e a Igreja afirmando: “Com relação aos países subdesenvolvidos, a Igreja se apresenta como é e quer ser: a Igreja de todos, e, particularmente, a Igreja dos pobres”. Fez irrupção, através das palavras de João XXIII, naquele momento, o tema Igreja dos Pobres. Desde então houve um longo percurso que passando pela Igreja Latino Americana desembocou hoje no Pontificado do Papa Francisco. Dadas as características centrais de seu Magistério podemos dizer que o Papa Francisco inaugura com a promulgação da Encíclica *Laudato Sí*⁵ um novo paradigma na Doutrina Social da Igreja. Essa Encíclica de 2015 foi precedida pela Exortação Apóstolica *Evangelii Gaudium* promulgada em novembro de 2013, apenas oito meses de sua eleição ao Trono de Pedro⁶. Nela Francisco antecipou alguns dos pontos centrais depois desenvolvidos na Encíclica *Laudato Sí*. Em outubro de 2020 o Papa Francisco promulgou uma nova Encíclica de grande incidência, *Fratelli Tutti*, onde retomou e aprofundou os temas centrais de

⁵ Para uma análise da Encíclica *Laudato Si'* veja-se: L. Larivera, *Le sfide aperte sulla “casa comune”* *L'Enciclica oltre le critiche ideologiche*, em Francesco, *Laudato Si'*, Testo integrale e commento de La Civiltà Cattolica. Ancora, Milano, 2015, p. 213-224. idem, *Religioni e Crisi Ecologica*, em Francesco, *Laudato Si'*, *Testo integrale e commento de La Civiltà Cattolica*. Ancora, Milano, 2015, p.183-196. Também, C. Peppard, *Laudato Si'* em K. Himes (ed.), *Modern Catholic Social Teaching. Commentaries and Interpretations*, Georgetown University Press, Washington, 2018, p. 515-550. Também M. Czerny.; B. Hagenkord, ; A. Spadaro, “Custodire L'intera creazione”. Um servizio del Vescovo di Roma. In: Papa Francesco *Laudato Si'*. Testo integrale e commento de La Civiltà Cattolica. Milano: Ancora, 2015, p.137-152. J N Souza. A *Laudato Si'* na perspectiva do método: “ver, julgar e agir”. In: *Perspectiva Teológica*, [S. l.], v. 48, n. 1, p. 145, 2016. DOI: 10.20911/21768757v48n1p145/2016. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3482>. Acesso em: 13 fev. 2023.

⁶ Para uma análise da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* e sua dimensão ecumênica veja-se: M. Faggioli, *Ecumenism in Evangelii Gaudium and in the context of Francis' Pontificate*. In: *Perspectiva Teológica* [S. l.], v. 48, n. 1, p. 17, 2016. DOI: 10.20911/21768757v48n1p17/2016. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3479>. Acesso em: 13/02/2023.

seu Magistério Social⁷. Compõe ainda seu Magistério social um grande número de mensagens, homilias, catequeses e discursos, entre os quais, de modo particular, devem ser destacados os Discursos pronunciados nos quatro Encontros que foram organizados pela Santa Sé do Papa com os Movimentos Sociais (2014, 2015, 2016 e 2020), assim como o Ciclo de oito Catequeses pronunciadas nas Audiências Gerais de Quartas Feiras entre 5 de Agosto e 30 de Setembro de 2020 sobre a Pandemia de COVID-19, que reunidas receberam o título “Curar o Mundo”.

Podemos afirmar que são ao menos cinco os pontos centrais deste novo paradigma:

- a. A Opção Pelos Pobres, compreendida como sendo uma exigência fundamental da Fé Cristã, estrutura todo o Magistério do Papa Francisco. Seu Magistério Social é explicitamente constituído a partir desta Opção.
- b. O Papa Francisco constata que vivemos hoje uma gravíssima crise socioambiental, afirmando ser a dimensão social desta crise indissociável daquela ambiental. Esta abordagem da atual crise constitui-se em um princípio hermenêutico novo para interpretar a atual realidade socioambiental.
- c. O Papa Francisco propõe com insistência uma visão estrutural de realidade socioambiental e dos sistemas econômicos; são as estruturas econômicas vigentes que produzem a atual crise socioambiental e elas necessitam ser superadas. Não basta nem é suficiente a conversão individual se as estruturas não forem substancialmente transformadas.
- d. A ênfase na Destinação Universal dos Bens que deve ser o princípio norteador da organização econômica e social.
- e. O Papa Francisco em seu Magistério Social produz uma mudança em relação ao interlocutor tradicional da Doutrina Social da Igreja, ampliando sua abrangência. Ele se dirige a todas e cada uma das pessoas que habita o planeta, numa atitude dialógica, e busca construir uma nova atitude de diálogo e de colaboração com todas as tradições religiosas e

⁷ Veja-se J. D. Passos Fratelli tutti: uma Encíclica renovadora sobre as coisas novas e urgentes. In: Horizonte. Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 19, n. 59, p. 782, 31 ago. 2021; W. L. Sanchez, A Encíclica *Fratelli Tutti* e o diálogo inter-religioso. In: Revista Eclesiástica Brasileira, 81 (319), p. 280-294, 2021.

todas as pessoas e forças políticas e sociais que possam levar à superação da atual crise sócio ambiental.

Aprofundando os pontos centrais do novo Paradigma do Papa Francisco

A Opção pelos Pobres

O Papa Francisco em sua primeira Exortação Apostólica reafirma o que havia declarado aos jornalistas logo após sua eleição: “desejo uma Igreja pobre para os pobres”. (EG, n. 198). E dá como razão:

Para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica. Deus «manifesta a sua misericórdia antes de mais» a eles. Esta preferência divina tem consequências na vida de fé de todos os cristãos, chamados a possuírem «os mesmos sentimentos que estão em Cristo Jesus» (Fl 2, 5). Inspirada por tal preferência, a Igreja fez uma *opção pelos pobres*, entendida como uma «forma especial de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja». Como ensinava Bento XVI, esta opção «está implícita na fé cristológica naquele Deus que Se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza». (EG, n. 198)

A opção pelos pobres está na base de todo o seu Magistério⁸. Na sua primeira Encíclica Social, *Laudato Sí*, encontramos 48 referências aos Pobres. A crise socioambiental do mundo hodierno atinge os pobres de um modo maior e a opção pelos pobres é compreendida como sendo uma exigência ética fundamental para que se possa realizar efetivamente o bem comum e para que se possa superar a atual crise que pode levar a destruição da vida humana⁹:

Nas condições atuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres. Esta opção implica tirar as consequências do destino comum dos bens da terra, mas - como procurei mostrar na exortação apostólica *Evangelii Gaudium* - exige acima de tudo contemplar a imensa dignidade do pobre à luz das mais profundas convicções de fé. Basta observar a realidade para compreender que, hoje,

⁸ Sobre a opção pelos pobres na Teologia do Povo argentina e na Teologia da Libertação latino americana em geral da qual a Teologia do Povo é um caso particular veja-se: J C Scannone, *A Teologia do Povo. Raízes teológicas do Papa Francisco*, Paulinas, São Paulo, 2019

⁹ Veja-se D. Fares, *Povertà e fragilità del Pianeta*, em Francesco, *Laudato Si'*, *Testo integrale e commento de La Civiltà Cattolica*. Ancora, Milano, 2015, p. 167-182.

esta opção é uma exigência ética fundamental para a efectiva realização do bem comum. (LS, n. 158).

Em outubro de 2020 o Papa Francisco publica sua terceira Encíclica a *Fratelli Tutti*. Nela constam 31 referências aos pobres e aos países pobres. Aqui também se conclama a solidariedade concreta com os pobres, a se tornar vizinho aos pobres (FT, n. 233) e se reafirma a centralidade que deve ter a opção pelos pobres na Igreja e na política. Os pobres devem ser assumidos como sujeitos da ação transformadora e não podem ser reduzidos a meros objetos desta ação (FT, n. 169).

O Papa Francisco em seu Magistério eleva o Magistério dos Bispos Latino Americanos e Caribenhos sobre a centralidade evangélica dos pobres que havia sido expresso nas Conferências Episcopais Gerais de Medellín à Aparecida a Ensino Universal. Seu ensinamento sobre a Opção pelos Pobres possui a mesma perspectiva da Igreja Latino Americana assumindo suas duas dimensões fundamentais. A primeira é a mudança de lugar social: ver o Mundo com os olhos dos pobres. Assumir sua perspectiva, suas dores, suas experiências de opressão, marginalização e também suas esperanças. A segunda é criar condições para que o pobre emerja como sujeito eclesial, isto é, sujeito da Evangelização e sujeito político-social-econômico, ou seja, sujeito das transformações necessárias para a construção de um mundo mais justo, fraterno e ambientalmente sustentável. Estas duas dimensões da opção pelos pobres da Igreja Latino Americana e Caribenha são claramente afirmadas por Francisco ao longo do seu Magistério como vimos acima ao citarmos a Encíclica *Fratelli Tutti* e já estavam presentes em sua Exortação Apostólica *Evangelli Gaudium*.

Somos chamados a *ver o mundo com os olhos dos pobres*. É o que se encontra na *Evangelli Gaudium* no número 191:

Animados pelos seus Pastores, os cristãos são chamados, em todo o lugar e circunstância, a ouvir o clamor dos pobres, como bem se expressaram os Bispos do Brasil: «Desejamos assumir, a cada dia, as alegrias e esperanças, as angústias e tristezas do povo brasileiro, especialmente das populações das periferias urbanas e das zonas rurais - sem terra, sem teto, sem pão, sem saúde - lesadas em seus direitos. Vendo a sua miséria, ouvindo os seus clamores e conhecendo o seu sofrimento, escandaliza-nos o fato de saber que existe alimento suficiente para todos e que a fome se deve à má repartição dos bens e da renda. O problema se agrava com a prática generalizada do desperdício».

A segunda dimensão, a que acolhe o pobre como sujeito eclesial e sócio-político, também é plenamente afirmada pelo Papa Francisco já na *Evangelii Gaudium*:

Para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica. Deus «manifesta a sua misericórdia antes de mais» a eles [...] A nova evangelização é um convite a reconhecer a força salvífica das suas vidas, e a colocá-los no centro do caminho da Igreja. Somos chamados a descobrir Cristo neles: não só a emprestar-lhes a nossa voz nas suas causas, mas também a ser seus amigos, a escutá-los, a compreendê-los e a acolher a misteriosa sabedoria que Deus nos quer comunicar através deles (EG, n. 198)

O nosso compromisso não consiste exclusivamente em ações ou em programas de promoção e assistência; aquilo que o Espírito põe em movimento não é um excesso de ativismo, mas primariamente uma atenção prestada ao outro «considerando-o como um só consigo mesmo». Esta atenção amiga é o início duma verdadeira preocupação pela sua pessoa e, a partir dela, desejo procurar efetivamente o seu bem. Isto implica apreciar o pobre na sua bondade própria, com o seu modo de ser, com a sua cultura, com a sua forma de viver a fé. O amor autêntico é sempre contemplativo, permitindo-nos servir o outro não por necessidade ou vaidade, mas porque ele é belo, independentemente da sua aparência: «Do amor, pelo qual uma pessoa é agradável a outra, depende que lhe dê algo de graça». Quando amado, o pobre «é estimado como de alto valor», e isto diferencia a autêntica opção pelos pobres de qualquer ideologia, de qualquer tentativa de utilizar os pobres ao serviço de interesses pessoais ou políticos. Unicamente a partir desta proximidade real e cordial é que podemos acompanhá-los adequadamente no seu caminho de libertação. Só isto tornará possível que «os pobres se sintam, em cada comunidade cristã, como “em casa”». (EG, n. 199)

Uma contribuição original do Papa Francisco nesse contexto da Opção pelos Pobres se deu nas Catequeses “Curar o Mundo” acima referidas, ao reinterpretar o princípio da Subsidiariedade tão caro à Doutrina Social da Igreja à luz da Opção Pelos Pobres na 8ª e penúltima catequese, pronunciada no dia 23 de setembro (2020), intitulada subsidiariedade e Virtude da Esperança (23/9). Nela o Papa ensina que o princípio da Subsidiariedade, compreendido de modo articulado com o princípio da Opção pelos Pobres, inclui o imperativo de tornar os membros mais vulneráveis de nossa sociedade sujeitos de seus destinos. Trata-se de torná-los protagonistas. Não podemos pretender apenas sermos a voz dos que não têm voz, mas temos de buscar dar voz aos que não têm voz. A sociedade deve ser construída de baixo para cima¹⁰.

¹⁰ Veja-se: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2020/documents/papa-francesco_20200923_udienza-generale.html, acessada dia 28 de fevereiro de 2023 as 13:00 horas

Observe-se que em todas estas Catequeses o princípio da Opção pelos Pobres torna-se um princípio hermenêutico e teológico fundamental, que guia tanto a interpretação da realidade atual como a construção de caminhos para superar tal situação. Nelas o Papa retoma alguns dos ensinamentos que havia desenvolvido sobre a Pandemia anteriormente, aprofundando alguns temas. Nelas a identificação entre os Pobres e Cristo e da Destinação Universal dos Bens é fortemente sublinhado por Francisco. A Pandemia irrompeu em nosso mundo e em nossa época como um evento que abriu uma profunda crise. Ao atravessarmos uma crise de tal magnitude nunca saímos dela do mesmo modo como entramos. Podemos sair melhores ou piores. Essa crise não é um Juízo, um castigo de Deus para a humanidade, mas ela abre uma ocasião de juízo. Diante dela somos chamados a tomarmos uma posição clara. A pandemia revela ao mesmo tempo nossa interdependência e a doença que nos atinge, e que não se reduz ao vírus letal. A pandemia revela que vivemos em um mundo doente, cujas estruturas econômicas matam as pessoas e destroem a mãe Terra. Um mundo profundamente desigual e injusto. Embora estejamos todos no mesmo barco, como estavam os passageiros do Titanic, não estamos na mesma classe. Alguns têm à disposição potentes botes salva vidas, víveres e condições de enfrentar a crise com poucos riscos, outros encontram quase que inevitavelmente a morte, sofrem violentamente a fome e o desamparo. Ao desvelar isto, a pandemia nos ofereceu uma grande oportunidade de mudar a realidade. Para mudar esta realidade é necessário instaurar novas estruturas em que o princípio da fraternidade seja a base (como posteriormente é desenvolvido pelo Pontífice na Encíclica *Fratelli Tutti*), e que os que hoje são excluídos e descartados tenham lugar como sujeitos.

No contexto da pandemia o princípio da Destinação Universal dos Bens, para o Papa Francisco, traz como implicação a afirmação de que todos têm direito aos cuidados necessários à vida e que as vacinas não podem ser propriedade de um grupo ou país, mas que devem ser acessíveis a todos, de modo especial aos mais frágeis e vulneráveis.

A crise socioambiental

No primeiro capítulo da Encíclica *Laudato Sí* encontra-se um expressivo diagnóstico da atual crise ambiental e social. O Pontífice acolhe os diagnósticos e

dados produzidos pela comunidade científica atual destacando os efeitos da ação humana na geração de grave poluição e nas mudanças climáticas que afetam o planeta, rejeitando e afastando-se de qualquer posição negacionista, mesmo moderada. Um dos pontos mais fortes da Encíclica, de certo modo original pela ênfase, está em afirmar a relação e a unidade entre a crise social e ambiental de modo que não devemos tratá-las como se fossem duas crises, mas sim de uma só crise maior, a crise socioambiental: “Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza.” (LS, n. 139).

Essa crise tem sua raiz em um sistema econômico tecnocrático que se tornou global:

O paradigma tecnocrático tende a exercer o seu domínio também sobre a economia e a política. A economia assume todo o desenvolvimento tecnológico em função do lucro, sem prestar atenção a eventuais consequências negativas para o ser humano. A finança sufoca a economia real. Não se aprendeu a lição da crise financeira mundial e, muito lentamente, se aprende a lição do deterioramento ambiental. Nalguns círculos, defende-se que a economia atual e a tecnologia resolverão todos os problemas ambientais, do mesmo modo que se afirma, com linguagens não acadêmicas, que os problemas da fome e da miséria no mundo serão resolvidos simplesmente com o crescimento do mercado. **Não é uma questão de teorias económicas, que hoje talvez já ninguém se atreva a defender, mas da sua instalação no desenvolvimento concreto da economia.** Aqueles que não o afirmam em palavras defendem-no com os factos, quando parece não preocupar-se com o justo nível da produção, uma melhor distribuição da riqueza, um cuidado responsável do meio ambiente ou os direitos das gerações futuras. **Com os seus comportamentos, afirmam que é suficiente o objetivo da maximização dos ganhos. Mas o mercado, por si mesmo, não garante o desenvolvimento humano integral nem a inclusão social.** Entretanto temos um «superdesenvolvimento dissipador e consumista que contrasta, de modo inadmissível, com perduráveis situações de miséria desumanizadora», mas não se criam, de forma suficientemente rápida, instituições económicas e programas sociais que permitam aos mais pobres terem regularmente acesso aos recursos básicos. Não temos suficiente consciência de quais sejam as raízes mais profundas dos desequilíbrios atuais: estes têm a ver com a orientação, os fins, o sentido e o contexto social do crescimento tecnológico e económico. (LS, n. 109, grifos nossos)

Uma visão estrutural da realidade socioeconômica

Já na exortação apostólica *Evangelii Gaudium* o Papa Francisco assumia uma visão estrutural da realidade (EG 189). O Papa reconhece que a realidade política, social e econômica é formada por estruturas que tanto podem ser uma cristalização

do bem quanto do mal. Em todo o seu Magistério o Papa Francisco insiste neste fato. Para o Pontífice:

Assim como o bem tende a difundir-se, assim também o mal consentido, que é a injustiça, tende a expandir a sua força nociva e a minar, silenciosamente, as bases de qualquer sistema político e social, por mais sólido que pareça. Se cada acção tem consequências, um mal embrenhado nas estruturas duma sociedade sempre contém um potencial de dissolução e de morte. É o mal cristalizado nas estruturas sociais injustas, a partir do qual não podemos esperar um futuro melhor. Estamos longe do chamado «fim da história», já que as condições dum desenvolvimento sustentável e pacífico ainda não estão adequadamente implantadas e realizadas. (LS, n. 150)

A atual crise socioambiental tem sua raiz em um sistema econômico preciso (LS, n. 109). Como o Papa afirmou com muita clareza no discurso dirigido aos participantes do II Encontro Mundial dos Movimentos Populares que pronunciou na Bolívia, em 9 de julho de 2015, esta economia real, hoje global, constitui uma estrutura que necessita ser mudada pois esta estrutura econômica mata, exclui e destrói a mãe Terra:

Se isso é assim - insisto - digamo-lo sem medo: Queremos uma mudança, uma mudança real, uma mudança de estruturas. Este sistema é insuportável: não o suportam os camponeses, não o suportam os trabalhadores, não o suportam as comunidades, não o suportam os povos.... E nem sequer o suporta a Terra, a irmã Mãe Terra, como dizia São Francisco. (FRANCISCO, 2015)
Digamos NÃO a uma economia de exclusão e desigualdade, onde o dinheiro reina em vez de servir. Esta economia mata. Esta economia exclui. Esta economia destrói a Mãe Terra. (FRANCISCO, 2015)

No Pontificado de Francisco, dois importantes organismos da Santa Sé, A Congregação para a Doutrina da Fé e o novo Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, publicaram conjuntamente em 6 de janeiro de 2018 um Documento intitulado “Oeconomicae et Pecuniarie Quaestiones. Considerações para um discernimento ético sobre alguns aspectos do atual sistema econômico-financeiro”.¹¹ O Documento foi previamente aprovado oficialmente pelo Papa e nele mais uma vez se expressa o novo paradigma do Magistério Social de Francisco. Esse documento é dividido em três partes: uma “introdução” seguida de algumas “considerações elementares de fundo” e de “algumas pontualizações no

¹¹ Disponível em:

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20180106_oeconomicae-et-pecuniarie_po.html Acesso em: 28 de fev., 2023, às 13h20.

contexto contemporâneo”. Aqui nos deteremos nas duas primeiras partes. O documento será sempre citado por esta sigla: OPQ.

Em primeiro lugar deve ser destacado algo que sempre foi muito importante para a Teologia da Liberação e que aqui encontra plena acolhida, dentro do espírito do Concílio Vaticano II (LG 8). A Boa Nova da Salvação Revelada em Cristo e por Cristo não diz respeito apenas às pessoas humanas, mas a toda a Criação. Isto é, Deus não oferece sua redenção apenas às pessoas, mas a todas às criaturas, ao mundo e suas estruturas:

Nesta integralidade do bem, cuja origem e cumprimento últimos estão em Deus, e que plenamente revelou-se em Jesus Cristo, recapitulador de todas as coisas [Ef1,10] consiste o objetivo último de cada atividade eclesial. Tal bem floresce como antecipação do Reino de Deus que a Igreja é chamada a anunciar e instaurar em cada âmbito da iniciativa humana.” (OPQ 2). Por isto, segundo o Documento: “o amor à sociedade e o compromisso pelo bem comum são uma forma eminente de caridade que toca não só as relações entre indivíduos, mas também as macrorelações como relações sociais, econômicas, políticas” (OPQ 2;4).

Aqui se faz uma distinção fundamental que sempre esteve presente na teologia e pastoral latino-americana: a diferença entre relacionamento social (relação entre indivíduos) e relações sociais (relações estruturais, consolidadas em leis, códigos, hábitos e sancionadas culturalmente). Para melhor entender essa diferença tomemos um exemplo. Na época da escravidão o relacionamento pessoal entre o senhor de escravo e seu escravo podia ser mais bondoso ou cruel, este podia tratar melhor seu escravo, com mais cuidado ou podia impor trabalhos mais exaustivos e castigos terríveis. Ser bondoso ou cruel, embora fosse importante para a sobrevivência do próprio escravo, não alterava, entretanto, a relação estrutural, legalmente sancionada, entre o senhor e o escravo (relação social). O Senhor continuava, do mesmo modo, a ser proprietário de um outro ser humano (o escravo), reduzido a uma coisa que podia ser comprada e vendida, usada pelo Senhor segundo a sua vontade para satisfazer suas necessidades. Nesse caso não basta o apelo ao coração para que Senhores tenha um bom relacionamento com seus escravos tratando-os bem. É necessário mudar as leis, as estruturas sociais e econômicas, abolir a escravidão, contra os interesses objetivos daqueles que vivem da escravidão. A missão da Igreja não pode ser reduzida à conversão dos corações. A missão fundamental da Igreja, o anúncio do Reino de Deus por palavras e gestos,

necessariamente inclui a ação pela mudança das estruturas e das relações sociais, econômicas e financeiras.

No Documento, seguindo o Magistério do Papa Francisco, constata-se que existe hoje no mundo uma economia globalizada na qual um mercado soberano, que rejeita qualquer regulação, reduz todos os indivíduos a consumidores e, sendo assim, “não é possível ignorar que hoje a indústria financeira por causa de sua difusão e de sua inevitável capacidade de condicionar, em certo sentido de dominar a economia real é um lugar onde os egoísmos e as imposições violentas têm um potencial de causar danos à coletividade” (OEQ 14). Contra a visão liberal e neoliberal o Documento afirma claramente que o Mercado

não é capaz de regular-se por si mesmo” (OEQ 13). E mais: “de fato, estes não sabem nem produzir aqueles pressupostos que consentem seu desenvolvimento regular [coesão sócia, honestidade, confiança, leis...]. nem corrigir aqueles efeitos e aquelas externalidades que resultam prejudiciais à sociedade humana [desigualdade, assimetrias, degradação ambiental, insegurança social, fraudes..] (OEQ 13).

Segundo o documento nesse mercado atual que domina nossas sociedades existe uma inversão de ordem entre meios e fins, “*em que o trabalho torna-se de um bem em instrumento e em que o dinheiro torna-se de um meio um fim*”, levando a uma crescente concentração de renda e capital e à exclusão de amplos setores da população que são desempregados, privados de trabalho digno, e de acesso aos bens materiais e imateriais mais elementares, constituindo massas sobrantes (OEQ 15).

O documento aborda também um tema importante do Magistério do Papa Francisco: a Cultura do Descarte. Nele se afirma que nesta inversão entre trabalho e capital “*encontra um fértil terreno aquela inconsciente e amoral ‘cultura do descarte’*” (OEQ 15). Esta inversão entre Capital e Trabalho não é em si mesma fruto de uma cultura, mas sim uma realidade econômica produzida pelos interesses financeiros descabidos de uma minoria que impõe esta inversão à sociedade (OEQ 14) e que acaba por naturalizar tal inversão dando origem à cultura do descarte que considera como natural e necessário que para o progresso da sociedade um certo número de pessoas, e mesmo regiões imensas do planeta, sejam reduzidas a sobras, privadas de todos direitos e acesso aos bem mais elementares necessários à sua sobrevivência e dignidade. Essa cultura que tem origem em uma prática

econômica concreta age, ainda que de modo inconsciente, para reforçar e sustentar esta prática. Tal cultura, como todas as culturas que reforçam ou naturalizam a exploração, deve ser denunciada e desconstruída. Porém não basta pretender transformar a cultura, como não basta transformar os relacionamentos sociais. É necessário ir além, mudar as práticas econômicas, as relações sociais e as estruturas que estão na raiz destas culturas e que simultaneamente as produzem e são por elas produzidas. E isto, segundo o Documento, é missão da Igreja Povo de Deus, Sacramento de Salvação para a humanidade e para o mundo.

Ainda em relação à necessidade de mudanças estruturais econômico-sociais na Encíclica *Fratelli Tutti* o Papa Francisco reafirma esta perspectiva:

O mercado, por si só, não resolve tudo, embora às vezes nos queiram fazer crer neste dogma de fé neoliberal. Trata-se dum pensamento pobre, repetitivo, que propõe sempre as mesmas receitas perante qualquer desafio que surja. O neoliberalismo reproduz-se sempre igual a si mesmo, recorrendo à mágica teoria do «derrame» ou do «gotejamento» - sem a nomear - como única via para resolver os problemas sociais. Não se dá conta de que a suposta redistribuição não resolve a desigualdade, sendo, esta, fonte de novas formas de violência que ameaçam o tecido social. Por um lado, é indispensável uma política econômica ativa, visando «promover uma economia que favoreça a diversificação produtiva e a criatividade empresarial», para ser possível aumentar os postos de trabalho em vez de os reduzir. A especulação financeira, tendo a ganância de lucro fácil como objetivo fundamental, continua a fazer estragos. Por outro lado, «sem formas internas de solidariedade e de confiança mútua, o mercado não pode cumprir plenamente a própria função econômica. E, hoje, foi precisamente esta confiança que veio a faltar». O fim da história não foi como previsto, tendo as receitas dogmáticas da teoria econômica imperante demonstrado que elas mesmas não são infalíveis. A fragilidade dos sistemas mundiais perante a pandemia evidenciou que nem tudo se resolve com a liberdade de mercado e que, além de reabilitar uma política saudável que não esteja sujeita aos ditames das finanças, «devemos voltar a pôr a dignidade humana no centro e sobre este pilar devem ser construídas as estruturas sociais alternativas de que precisamos» (FT, n. 168).

Essa compreensão da realidade socioeconômica como um sistema e uma estrutura que necessitam ser transformados, com o Papa Francisco, se torna um ponto consolidado na Doutrina Social da Igreja.

A Destinação universal dos bens

A questão da Destinação Universal dos Bens encontra-se já presente na Exortação Apostólica, *Evangelii Gaudium* (2013):

A solidariedade é uma reação espontânea de quem reconhece a função social da propriedade e o destino universal dos bens como realidades

anteriores à propriedade privada. A posse privada dos bens justifica-se para cuidar deles e aumentá-los de modo a servirem melhor o bem comum, pelo que a solidariedade deve ser vivida como a decisão de devolver ao pobre o que lhe corresponde. Estas convicções e práticas de solidariedade, quando se fazem carne, abrem caminho a outras transformações estruturais e tornam-nas possíveis. Uma mudança nas estruturas, sem se gerar novas convicções e atitudes, fará com que essas mesmas estruturas, mais cedo ou mais tarde, se tornem corruptas, pesadas e ineficazes. (EG, n. 189)

Nessa afirmação de Francisco aparecem os três elementos básicos da tradição católica sobre a propriedade: os bens foram criados para satisfazer as necessidades de todos (Destino Universal dos Bens), sendo que essa realidade é anterior à instituição da propriedade privada; a propriedade privada só se justifica se for para cuidar dos bens e multiplicá-los a serviço do bem comum; o supérfluo por direito é do pobre, ou seja, a solidariedade não é a tradução de um ato de generosidade mas de uma decisão de devolver ao pobre o que lhe corresponde.

Na sua primeira Encíclica Social, *Laudato Sí* (2015), o princípio da Destinação Universal dos Bens é tratado em toda uma seção (LS, n. 93-95). Ali Francisco afirma:

“Hoje, crentes e não-crentes estão de acordo que a terra é, essencialmente, uma herança comum, cujos frutos devem beneficiar a todos. Para os crentes, isto torna-se uma questão de fidelidade ao Criador, porque Deus criou o mundo para todos. Por conseguinte, toda a abordagem ecológica deve integrar uma perspectiva social que tenha em conta os direitos fundamentais dos mais desfavorecidos. O princípio da subordinação da propriedade privada ao destino universal dos bens e, consequentemente, o direito universal ao seu uso é uma «regra de ouro» do comportamento social e o «primeiro princípio de toda a ordem ético-social». A tradição cristã nunca reconheceu como absoluto ou intocável o direito à propriedade privada, e salientou a função social de qualquer forma de propriedade privada. São João Paulo II lembrou esta doutrina, com grande ênfase, dizendo que «Deus deu a terra a todo o género humano, para que ela sustente todos os seus membros, sem excluir nem privilegiar ninguém». (LS, n. 93)

A questão ecológica é colocada em relação ao princípio da Destinação Universal dos Bens:

O meio ambiente é um bem coletivo, património de toda a humanidade e responsabilidade de todos. Quem possui uma parte é apenas para a administrar em benefício de todos. Se não o fizermos, carregamos na consciência o peso de negar a existência aos outros. Por isso, os bispos da Nova Zelândia perguntavam-se que significado possa ter o mandamento «não matarás», quando «uns vinte por cento da população mundial consomem recursos numa medida tal que roubam às nações pobres, e às gerações futuras, aquilo de que necessitam para sobreviver». (LS, n. 95)

A destruição ecológica, o uso irresponsável dos bens nega a existência aos outros, de modo especial nega aos mais pobres o necessário à vida, assim como rouba também das gerações futuras o necessário à própria existência. Para Francisco o princípio da Destinação Universal dos Bens compreende não apenas o dever de garantir a todos os que existem nesta geração o necessário, mas também de garantir que as gerações futuras possam ter acesso aos bens criados, pois estes foram feitos não apenas para satisfazer as necessidades dos que hoje vivem, mas também para garantir a existência dos que ainda virão a existir. No Magistério do Papa Francisco o princípio da Destinação Universal dos Bens, além de sua dimensão social, ganha também uma dimensão ecológica e intergeracional.

Essa perspectiva é retomada pelo Papa Francisco em sua segunda Encíclica social, *Frateli Tutti* (2020), na qual, no Capítulo III, dedica toda uma seção (FT, n. 118-120) ao tema “Repropor a função social da propriedade”. Afirma o Papa Francisco:

“O mundo existe para todos, porque todos nós, seres humanos, nascemos nesta terra com a mesma dignidade. As diferenças de cor, religião, capacidade, local de nascimento, lugar de residência e muitas outras não podem antepor-se nem ser usadas para justificar privilégios de alguns em detrimento dos direitos de todos. Por conseguinte, como comunidade, temos o dever de garantir que cada pessoa viva com dignidade e disponha de adequadas oportunidades para o seu desenvolvimento integral” (FT, n. 118).

Depois de rememorar o princípio patrístico de que o supérfluo por direito é do pobre, citando São João Crisóstomo e São Gregório Magno, recorda também os ensinamentos de São João Paulo II e São Paulo VI sobre a função social da propriedade (FT, n. 120). Afirma ainda Papa Francisco:

O direito à propriedade privada só pode ser considerado como um direito natural secundário e derivado do princípio do destino universal dos bens criados, e isto tem consequências muito concretas que se devem refletir no funcionamento da sociedade. Mas acontece muitas vezes que os direitos secundários se sobrepõem aos prioritários e primordiais, deixando-os sem relevância prática (FT, n. 120).

Entre as consequências práticas que o Papa Francisco tira deste princípio, está o sublinhar também sua dimensão internacional como já havia feito Paulo VI na Encíclica *Populorum Progressio*. O direito aos bens criados se estende a todos os povos e não possui fronteiras. Um povo ou país não pode se apropriar de modo exclusivo dos bens que encerra em suas fronteiras e utilizá-los de modo irresponsável ou usá-los contra os outros povos, condenando-os à miséria. Essa

dimensão internacional, mundial, se torna ainda mais relevante em nossos dias devido ao problema ecológico que afeta a própria possibilidade de existência futura da humanidade, ao endividamento das Nações, ao comércio internacional injusto e à escassez de recursos em certas regiões que força a emigração (FT, n. 121-127).

No Magistério Social do Papa Francisco o princípio patrístico da Destinação Universal dos Bens, que já havia sido incorporado na Doutrina Social da Igreja desde a *Rerum Novarum* (RN, n. 12) ganha especial ênfase, sendo articulado intimamente com o princípio da Opção pelos Pobres e se torna um princípio fundamental para julgar o atual sistema sócioeconômico e para se pensar alternativas a ele.

A atitude dialógica e a mudança de interlocutor

Logo no início de sua primeira Encíclica Social, *Laudato Si*, o Papa Francisco afirma: “Nesta encíclica, pretendo especialmente entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum” (LS, n. 3). Para ele, “a verdadeira sabedoria [é] fruto da reflexão, do diálogo e do encontro generoso entre as pessoas” (LS, n. 47)

Afirma-se aqui uma posição dialogal na qual a palavra do Magistério no campo social convoca ao diálogo e não impõe uma verdade. O interlocutor que Francisco busca é alargado, é constituído por todas as pessoas que aceitem dialogar. Seguindo Paulo VI (AO, n. 4), Papa Francisco sublinha a dimensão dialógica da missão da Igreja e seu papel como fomentadora de debate:

Finalmente reconhecemos, a propósito da situação e das possíveis soluções, que se desenvolveram diferentes perspectivas e linhas de pensamento. Num dos extremos, alguns defendem a todo o custo o mito do progresso, afirmando que os problemas ecológicos resolver-se-ão simplesmente com novas aplicações técnicas, sem considerações éticas nem mudanças de fundo. No extremo oposto, outros pensam que o ser humano, com qualquer uma das suas intervenções, só pode ameaçar e comprometer o ecossistema mundial, pelo que convém reduzir a sua presença no planeta e impedir-lhe todo o tipo de intervenção. Entre estes extremos, a reflexão deveria identificar possíveis cenários futuros, porque não existe só um caminho de solução. Isto deixaria espaço para uma variedade de contribuições que poderiam entrar em diálogo a fim de se chegar a respostas abrangentes. Sobre muitas questões concretas, a Igreja não tem motivo para propor uma palavra definitiva e entende que deve escutar e promover o debate honesto entre os cientistas, respeitando a diversidade de opiniões (LS, n. 60-61).

A igreja através de Francisco se propõe a ser promotora do diálogo e de ações para que se chegue às mudanças estruturais necessárias e à salvaguarda do humano e da natureza. Não apenas o diálogo entre as ciências, mas também entre

a fé e a ciência, integrando ao debate não só a sabedoria oferecida pela tradição cristã, mas também pelas diversas culturas e religiões:

Por que motivo incluir, neste documento dirigido a todas as pessoas de boa vontade, um capítulo referido às convicções de fé? Não ignoro que alguns, no campo da política e do pensamento, rejeitam decididamente a ideia de um Criador ou consideram-na irrelevante, chegando ao ponto de relegar para o reino do irracional a riqueza que as religiões possam oferecer para uma ecologia integral e o pleno desenvolvimento do gênero humano; outras vezes, supõe-se que elas constituam uma subcultura, que se deve simplesmente tolerar. Todavia a ciência e a religião, que fornecem diferentes abordagens da realidade, podem entrar num diálogo intenso e frutuoso para ambas. Se tivermos presente a complexidade da crise ecológica e as suas múltiplas causas, deveremos reconhecer que as soluções não podem vir duma única maneira de interpretar e transformar a realidade. É necessário recorrer também às diversas riquezas culturais dos povos, à arte e à poesia, à vida interior e à espiritualidade. Se quisermos, de verdade, construir uma ecologia que nos permita reparar tudo o que temos destruído, então nenhum ramo das ciências e nenhuma forma de sabedoria pode ser transcurada, nem sequer a sabedoria religiosa com a sua linguagem própria. Além disso, a Igreja Católica está aberta ao diálogo com o pensamento filosófico, o que lhe permite produzir várias sínteses entre fé e razão. No que diz respeito às questões sociais, pode-se constatar isto mesmo no desenvolvimento da doutrina social da Igreja, chamada a enriquecer-se cada vez mais a partir dos novos desafios (LS, n. 62-63).

Nesse contexto o Papa chega a citar na *Laudato Sí* inclusive palavras de um expoente sufi, a quem chama de mestre espiritual, coisa inaudita em uma Encíclica:

Um mestre espiritual, Ali Al-Khawwas, partindo da sua própria experiência, assinalava a necessidade de não separar demasiado as criaturas do mundo e a experiência de Deus na interioridade. Dizia ele: «Não é preciso criticar preconceituosamente aqueles que procuram o êxtase na música ou na poesia. Há um “segredo” subtil em cada um dos movimentos e dos sons deste mundo. Os iniciados chegam a captar o que dizem o vento que sopra, as árvores que se curvam, a água que corre, as moscas que zunem, as portas que rangem, o canto dos pássaros, o dedilhar de cordas, o silvo da flauta, o suspiro dos enfermos, o gemido dos aflitos...» [*Eva De Vitray-Meyerovitch (ed.), Anthologie du soufisme (Paris 1978), 200*]. (LS, n. 233, nota 159)

O Papa Francisco ao assumir esta posição reposiciona a igreja no mundo plural de hoje, colocando-a como uma importante instância de mediação e promoção de diálogo, reafirmando sua identidade e a imensa importância de toda tradição da qual é portadora, tendo em vista a construção de um mundo mais justo, fraterno e ecologicamente sustentável.

Considerações Finais

Passados dez anos do início do Pontificado do Papa Francisco podemos constatar a enorme contribuição que seu Magistério tem trazido para a Igreja e o mundo. Seus ensinamentos constituíram um novo paradigma na Doutrina Social da Igreja desde sua primeira Exortação Apostólica, promulgada poucos meses após sua eleição. Sua identificação com a Opção pelos Pobres latino-americana, sua coragem e lucidez na análise da crise socioambiental, sua posição firme de crítica às estruturas econômicas e sociais vigentes, sua posição de diálogo e simultaneamente sua firmeza no anúncio profético e incansável da mensagem cristã, o tornam um Papa extraordinário. Suas palavras e atitudes em tempos de pandemia constituíram uma enorme contribuição para que pudéssemos enfrentar a grave crise que ela provocou. Desde o início do seu pontificado denunciou também que vivíamos já em uma terceira guerra mundial em “pedaços”: “E mesmo hoje, depois da segunda falência de outra guerra mundial, talvez se possa falar de uma terceira guerra combatida «por pedaços» com crimes, massacres, destruições...” (PAPA FRANCISCO, 2014). Sua percepção desta terrível realidade mostrou toda sua concretude na atual guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Suas posições sobre esta guerra o colocam como uma das grandes lideranças do mundo de hoje empenhadas pela paz e não pela promoção do conflito, vivido em grande parte como uma Guerra por procuração.

Sem dúvida, o Papa Francisco é hoje uma das lideranças mundiais que mais tem contribuído com sua Doutrina Social para a paz no mundo e para o estabelecimento da justiça social e ambiental.

Referências

BORGUESI, M. *Jorge Mario Bergoglio. Una biografia intellettuale*. Milano: Jaca Book, 2017.

BRYAN HEHIR, J. Catholicism and democracy: conflict, change and collaboration. In: CURRAN, C. (Ed.). *Change in official catholic moral teachings*. New York: Paulist Press, 2003 (Readings in moral theology, 13) p 20-37.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ E DICASTÉRIO PARA O SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL *Oeconomicae et pecuniariae quaestiones*. Considerações para um discernimento ético sobre alguns aspectos do atual sistema econômico-financeiro,

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20180106_oeconomicae-et-pecuniariae_po.html Acesso em 28/02/2023.

CUDA, E. *Leggere Francesco. Teologia, etica e politica*. Torino: Bollati Boringhieri, 2018.

CURRAN C. *Catholic social teaching, 1891-present. A historical, theological and ethical analysis*. Washington: Georgetown University Press, 2002.

CURRAN, C. Churches and human rights: from hostility/reluctance to acceptability. In: Curran C. (Ed.). *Change in pontifical catholic moral teachings*. New York: Paulist Press, 2003 (Readings in moral theology, 13) p 38-61.

CURRAN, C. *The Moral Theology of Pope John Paulo II*. Washington: Georgetown University Press, 2005.

CZERNY, M.; HAGENKORD, B.; SPADARO, A. “Custodire L’intera creazione”. Um servizio del Vescovo di Roma. In: FRANCESCO, Papa. *Laudato Si’. Testo integrale e commento de La Civiltà Cattolica*. Milano: Ancora, 2015, p.137-152.

FAGGIOLI, M. Ecumenism in Evangelii Gaudium and in the context of Francis’ Pontificate. In: *Perspectiva Teológica* [S. l.], v. 48, n. 1, p. 17, 2016. DOI: 10.20911/21768757v48n1p17/2016. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3479>. Acesso em 13/02/2023.

FARES, D. Povertà e fragilità del Pianeta. In: FRANCESCO, Papa. *Laudato Si’. Testo integrale e commento de La Civiltà Cattolica*. Milano: Ancora, 2015. P.167-182

HOLLAND, J. *Modern catholic social teaching. The Popes confront the industrial age 1740-1958*. New York: Paulist Press, 2003.

LARIVERA, L. Le sfide aperte sulla “casa comune”. L’Enciclica oltre le critiche ideologiche. In: FRANCESCO, Papa. *Laudato Si’. Testo integrale e commento de La Civiltà Cattolica*. Milana: Ancora, 2015.p.213-224.

LARIVERA, L. Religioni e Crisi Ecologica. In: FRANCESCO, Papa. *Laudato Si’. Testo integrale e commento de La Civiltà Cattolica*. Milano: Ancora, 2015. p 183-196.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Fratelli Tutti sobre a Fraternidade e a Amizade Social*. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html> Acesso em 23/02/2023.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si’ sobre o cuidado da casa comum*. 24 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html#_ftn71>. Acesso em 23/02/2021.

FRANCISCO, Papa. *Catequeses “Curar o Mundo”*: 8. *Subsidiariedade e virtude da esperança*, 23 de setembro de 2020, Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2020/documents/papa-francesco_20200923_udienza-generale.html, Acesso em 28/02/2023

FRANCISCO, Papa. Articipação ao II Encontro Mundial dos Movimentos Populares. Discurso do Santo Padre na Expo Feira de Santa Cruz de la Sierra (Bolívia). Quinta-feira, 9 de Julho de 2015. Disponível em: <

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/pa-pa-francesco_20150709_bolivia-movimenti-popolari.html> Acesso em 28/02/2023

FRANCISCO, Papa. *Encontro com os representantes dos meios de comunicação social. Discurso do Santo Padre Francisco*. Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/march/documents/papa-francesco_20130316_rappresentanti-media.html> Acesso em 20 de janeiro de 2020.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium Ao Episcopado, Ao Clero, Às Pessoas Consagradas E Aos Fiéis Leigos Sobre O Anúncio Do Evangelho No Mundo Actual*. Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html#Unidos_a_Deus,_ouvimos_um_clamor>. Acesso em 23/02/2021.

FRANCISCO, Papa. *Homilia pronunciada na celebração no Sacrário de Redipuglia por ocasião do centenário do início da Primeira Guerra Mundial em 13 de Setembro de 2014*. Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2014/documents/papa-francesco_20140913_omelia-sacrario-militare-redipuglia.html>. Acesso em 13/02/23.

PASSOS, J. D. Fratelli tutti: uma Encíclica renovadora sobre as coisas novas e urgentes. In: *Horizonte. Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 19, n. 59, p. 782, 31 ago. 2021.

PEPPARD, C. Laudato Si'. In: HIMES K. (Ed.). *Modern catholic social teaching. Commentaries and interpretations*. Washington: Georgetown University Press, 2018. P 515-550.

POLITI, M. La solitudini di Francesco. Um Papa profetico, uma Chiesa in *Tempesta*. Bari: Laterza, 2019.

SANCHEZ, W. L. A Encíclica Fratelli Tutti e o diálogo inter-religioso. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, 81 (319), p. 280-294, 2021.

FRANCISCO, Papa. *A Teologia do Povo. Raízes teológicas do Papa Francisco*. São Paulo: Paulinas, 2019.

SCHUCK, M.J. Early modern roman catholic social thought, 1740-1890. In: HIMES, K. (Ed.). *Modern catholic social teaching. Commentaries and interpretations*. Washington: Georgetown University Press, 2018. p.105-129.

SOUZA, J. N. A Laudato Si' na perspectiva do método: “ver, julgar e agir”. In: *Perspectiva Teológica*, [S. l.], v. 48, n. 1, p. 145, 2016. DOI: 10.20911/21768757v48n1p145/2016. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3482>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Trabalho submetido em 22/03/2023
Aceito em 05/05/2023.

Paulo Fernando Carneiro de Andrade
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (1989). É professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em regime de tempo integral.